

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

EM: 14 / 04 / 25

**PARECER** nº 017/2025/CCJR-CMVC, DE 14 DE ABRIL DE 2025.

**OBJETO:** Parecer ao Projeto de Lei Nº 016/2025, de 07 de abril de 2025.

*João*

25 04 25

**LIDO NA SESSÃO**  
Nº 518, DO DIA

15 / 04 / 25  
*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

**PROJETO DE LEI Nº 016/2025.**  
DISPÕE SOBRE A  
REGULAMENTAÇÃO DOS  
BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE QUE  
TRATA O ARTIGO 22 DA LEI  
FEDERAL Nº 8.742 DE 07  
DEZEMBRO DE 1993 E A LEI  
MUNICIPAL Nº 532, DE 16 DE  
FEVEREIRO DE 2009, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

**PARECER DO RELATOR:**

Primeiramente é pertinente esclarecermos que é dessa Comissão a competência de análise do Projeto de Lei que fora apresentado, eis que originariamente lhe fora atribuída essa função, conforme preconiza o artigo 50, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Após análise do citado Projeto de Lei, constatou-se que o mesmo está em consonância com as regras que regem a legalidade e dentro dos conceitos constitucionais e regimentais pertinentes a matéria em debate.

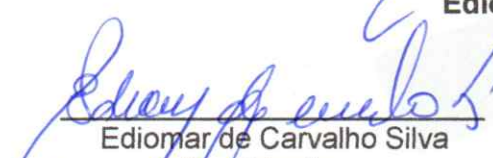
O Objeto do **PROJETO DE LEI Nº 016/2025, DE 07 DE ABRIL DE 2025**, é a regulamentação dos benefícios eventuais de que trata o artigo 22 da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e a Lei Municipal Nº 532, de 16 de fevereiro de 2009.

Considerando que o texto do Projeto de Lei em comento observou a técnica legislativa e observou os procedimentos regimentais e legais pertinentes a espécie, emito parecer **FAVORÁVEL** a essa **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 016/2025**, que **DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE QUE TRATA O ARTIGO 22 DA LEI FEDERAL Nº 8.742 DE 07 DEZEMBRO DE 1993 E A LEI MUNICIPAL Nº 532, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**CONCLUSÃO DA COMISSÃO:**

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, amparado pelo artigo 50, do Regimento Interno, diante dos aspectos que cumpre a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação analisar, não existem óbices à aprovação do **PROJETO DE LEI Nº 016/2025**, que **DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE QUE TRATA O ARTIGO 22 DA LEI FEDERAL Nº 8.742 DE 07 DEZEMBRO DE 1993 E A LEI MUNICIPAL Nº 532, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."** haja vista que os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram observados, razão pela qual opinamos pela sua **APROVAÇÃO, sem emendas.**


  
Ediomar de Carvalho Silva  
(Relator)

  
Ediomar de Carvalho Silva  
Presidente

(X) A favor ( ) Contra

  
José Océlio Brito Silva  
Secretário

(X) A favor ( ) Contra

  
João Clóvis Mapurunga da Frota  
Membro

(X) A favor ( ) Contra

Sala das Comissões, 14 de abril de 2025.